

352

ACESSO E EQÜIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS POLÍTICAS DE ACESSO. Bruno Morche, Bruna Cruz de Anhaia, Clarissa Eckert Baeta Neves (orient.) (UFRGS).

No Brasil, em 2005, a matrícula no ensino superior foi de 4.453.156 de estudantes e atingiu cerca de 11, 35% dos jovens entre 18 e 24 anos, uma das taxas mais baixas da América Latina. O atual governo federal tratou de enfrentar os estrangulamentos do processo de democratização com novas políticas de acesso, cabe destacar: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), um programa de bolsas integrais e parciais em Instituições de Educação Superior (IES) privadas que receberiam isenção de tributos; e a implantação de políticas afirmativas como a reserva de vagas ou acréscimo de pontos no vestibular para estudantes negros/pardos e egressos de escolas médias públicas. O objetivo desta pesquisa é analisar a implantação destas políticas institucionais e governamentais que visam a ampliação do acesso. Este projeto teve por base uma ampla pesquisa de dados secundários produzidos pelas principais agências de coleta e armazenamento, tais como: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC); sites de IES; e a base produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Verificou-se que o PROUNI beneficiou, até o segundo semestre de 2006, 250.943 estudantes com bolsas parciais ou integrais em 1.283 IES credenciadas. Na análise da implantação de políticas afirmativas, constatou-se uma grande variedade de sistemas, tendo repercussões e resultados distintos conforme a instituição. Até o momento, 46 universidades - entre estaduais e federais - já adotaram políticas afirmativas para afrodescendentes e estudantes egressos de escolas públicas. O estudo revela uma tendência à expansão destas políticas de acesso no Brasil. O impacto de tais iniciativas leva a conclusão que uma expansão com equidade ainda depende largamente de investimentos públicos. (PIBIC).